

Bastidores de Etnografias de Violências na Cidade Contemporânea¹

Autora: Micheline Ramos de Oliveira (UFSC)^{2*}

Resumo

Nesse artigo problematizo a escrita etnográfica como processo de organização da experiência de campo do antropólogo, sobre os inúmeros deslocamentos epistemológicos que a produção progressiva de registros desse campo tende a provocar na construção, tanto do tema quanto do objeto do pensamento antropológico. O faço, a partir de minha própria experiência de pesquisa focalizando mulheres e violências. Enfim, reflito sobre as acomodações objetivas e subjetivas as quais está sujeito o pensamento do antropólogo no seu trajeto de conhecimento do outro, do estranho, do qual resulta o processo de produção textual como parte de um esforço de consolidação das distintas modalidades simbólicas de controle do tempo no interior de uma narrativa- a da experiência do antropólogo em campo.

¹ Este artigo é uma releitura do primeiro capítulo de minha tese de doutorado intitulada “No limiar da memória – estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea”, defendida sob a orientação de Ana Luiza Carvalho da Rocha, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC, em 2009.

² Agradeço imensamente a Gilberto Velho (Museu Nacional/UFRJ), Alicia Castells (UFSC), Cornelia Eckert (UFRGS), Sônia Maluf (UFSC), membros de minha banca de defesa de doutorado, e, especialmente, minha orientadora, Ana Luiza Carvalho da Rocha, pelas valiosas sugestões que vim a utilizar na confecção desse artigo.

* Doutora em Antropologia Social/Pesquisadora associada ao NAUI. Professora temporária do Departamento de Antropologia Social UFSC

Eu vivo com medo [...] muito medo [...] cada vez que eu saio na rua fico olhando pros lados pra ver se ninguém tá me seguindo [...] eu cubro com as minhas mãos a cabecinha do Júnior porque eu tenho medo que ele faça alguma coisa contra o menino, dê um tiro na cabeça dele pra se vingar de mim.

(Elisa, Favela Matadouro, 20 de julho de 2000).

1.1 - Preliminares

Embora eu já tenha escutado muitas histórias desde que cheguei aqui no Matadouro, hoje quase não me contive diante das lágrimas de Elisa ao me narrar essas palavras falando de seu ex-marido, procurado pela polícia por roubo e tráfico de drogas [...]. E não consigo me conter agora na hora de transcrever suas palavras [...]. Preciso chorar senão vou explodir [...]. Embora eu tenha consciência das minhas limitações [...] de meu papel como uma antropóloga que estuda violências na cidade contemporânea (belas palavras) [...]. Nesse momento, sinto-me um nada diante dessa realidade [...]. (Favela Matadouro, 20 de julho de 2000).³

Elejo esta passagem retirada de meu diário de campo escrito nos idos de 2000, durante o mestrado, como ponto de partida para esse artigo, por considerá-la emblemática para a reflexão que tenho a intenção de desenvolver em torno da temática dos jogos de memória (ECKERT; ROCHA, 2005) que se manifestam no processo de produção da escrita etnográfica, integrando uma reflexão sobre o tema das violências no contexto das metrópoles do Brasil.

Escolho essa discussão porque ela traz em seu cerne o problema etnográfico da “identidade narrativa do antropólogo”, especialmente, a questão de sua “identidade pessoal” no que se refere a se conquistar, em antropologia, “uma ética da ação” (ECKERT; ROCHA, 2005, p.122).

De mais a mais, o tema é caro a uma antropologia das violências na contemporaneidade, como pondera Soares (2000, p. 23), ao dizer que o pesquisador que estuda os “fenômenos associados à violência”, se tiver tido uma formação ancorada no pensamento crítico, “vive um drama de consciência, de natureza simultaneamente teórica, política e ética”.

É importante ressaltar que uma reflexão dessa natureza que “tangencia uma ‘hermenêutica de si’” de onde não é possível “afastar a produção-construção do conhecimento antropológico”, só pode ser realizada,

³ Morei durante o mês de julho de 2000 na casa de uma família, localizada na favela Matadouro em Itajaí-SC, com o objetivo de fazer meu campo de mestrado.

por estar situada numa matriz disciplinar antropológica contemporânea, onde a “experiência temporal” do pesquisador faz parte do cerne das questões que o preocupa (ECKERT; ROCHA, 2005, p.121).

Nesta discussão, enfatizo que esta temática deve ser apreendida por uma antropologia pautada pelos estudos de memória (*ibid.*), que aqui se tornam prioritários, à medida que constatei, ao longo da retomada de meu campo de mestrado, que é a memória que veicula boa parte da reflexão acerca das acomodações objetivas e subjetivas às quais o pensamento do antropólogo precisa se submeter no seu percurso pelo conhecimento do “outro”.

Em referência à epistemologia bachelardiana⁴, refiro-me aqui aos obstáculos que precisam ser superados para que se consolide o processo reflexivo-crítico do qual se origina a produção textual de um trabalho científico no campo das ciências sociais. Ou seja, refiro-me a um processo criterioso de compreensão das diferentes modalidades simbólicas de controle do tempo que dá origem a uma produção de narrativa etnográfica, e onde se situa a vivência/experiência do antropólogo em campo.

Relidos pelo viés dos estudos de memória, referindo aqui ao tema da vigilância epistemológica, entoado por Bourdieu no ofício do antropólogo, relacionada às questões do etnocentrismo e do relativismo na história da antropologia.

Nesse sentido, ao levar em conta que “a riqueza do método etnográfico reside nessa tensão entre diversas modalidades simbólicas do controle do tempo as quais configuram a mediação narrativa: a vivência e a escritura que se desdobram na distensão temporal do si” (*ibid.*, p. 133), este debate pretende contribuir para a compreensão das diferentes dimensões pelas quais o pensamento antropológico perpassa a construção da representação etnográfica sobre o tema da violência no mundo urbano contemporâneo. Ou seja, um fenômeno que abarca a compreensão e a análise das situações pelas quais passa o pesquisador em campo em suas relações com seus interlocutores. Transcrevo mais uma parte de meu diário de campo de mestrado:

⁴ Ver Bachelard (1996). *O espírito científico*.

Hoje, Mônica parecia querer me contar toda sua vida numa tarde, mesmo sabendo e concordando comigo que será necessário eu voltar outras vezes para continuarmos nossas entrevistas [...]. O ir e vir de sua trajetória muitas vezes me deixou um pouco confusa e até irritada [...]. Fico preocupada quando tiver que colocar tudo isso no papel [...] não sei se vou conseguir [...] e além do mais [...] será difícil narrar toda a dramaticidade daqueles momentos cruciais da entrevista [...] tenho que tentar pelo menos dar o peso e o tom necessário que aquelas partes da narrativa merecem [...]. Quando eu estava morando no bairro, mais próxima, ao menos geograficamente, daquelas pessoas, parecia que poderia ser um pouco menos difícil a tarefa do escrever [...]. (Itajaí, 10 de julho de 2001)⁵.

A “busca da coerência interna” de minha etnografia vem à tona nesse fragmento de meu diário e revela a problemática de cunho “ético-moral” que está imersa no “esforço da ação reflexiva” em que mergulha meu “sujeito cognoscente” frente ao desafio de compreender como a descontinuidade de um tempo vivido em campo e aquele lembrado, no esforço de descrever as situações compartilhadas com minhas interlocutoras durante minha estada entre elas, na Favela Matadouro, afetava minha representação do fenômeno da violência.

Este esforço, obviamente, envolvia minha experiência da escrita da dissertação de mestrado e meu compromisso com a manutenção de um “si-mesmo” para a passagem da minha condição de etnógrafa de campo para a de etnógrafa-narradora (*ibid.*).

O sentimento que carregava na ocasião foi responsável pelo título deste artigo. Sentia-me ética e moralmente “no fio da navalha” à medida que as próprias ações discursivas que eu, antropóloga, construía sobre minhas interlocutoras e suas vidas na Favela Matadouro, inúmeras vezes “enraizam-se no espaço dos mitos e das crenças da sociedade [...]” (*ibid.*, p. 116) à qual pertencio.⁶

Trato de um dilema de duas vias. Um primeiro dilema que abriga

⁵ Finda minha estada em campo; retornei ao Matadouro nos finais de semana subsequentes, durante o período de julho de 2000 a julho de 2001, com a finalidade de estudar mais intensa e especificamente as trajetórias, os itinerários e a cotidianidade das mulheres em foco.

⁶ Nesse sentido, pode ser frutífero fazer um exercício dialógico entre Bachelard (1996), Bourdieu (1983) e Rabinow (1999) e suas discussões que abarcam respectivamente a problemática dos obstáculos epistemológicos, a vigilância epistemológica e a problemática do poder atrelada ao discurso antropológico e retomados pelo prisma do tema dos jogos de memória e da figura do antropólogo como narrador, em Eckert e Rocha (2000). Exercício que teço de forma ainda embrionária nesse capítulo, mas que pretendo desenvolver num artigo posterior à tese.

uma perturbação, um desconforto e uma inquietação, advindos do embate existente entre a fala e o vivido das violências por mulheres de camadas populares, pobres e semi-alfabetizadas *versus* a escrita da antropóloga em campo, uma mulher de classe média intelectualizada que não passou por nenhuma das experiências de violências narradas por suas interlocutoras, mas vivendo temporariamente entre elas.

Um segundo dilema diz respeito ao embate existente no plano dos atos de reflexão que toda escrita etnográfica entre a representação do “outro” e do seu vivido humano dos atos violentos (seja como vítima, seja como agressor) por ele mesmo, e a representação do “outro” a partir da representação do si-mesmo do antropólogo (pelo viés dos conceitos e das teorias antropológicas) que revelam uma decalagem entre as categorias de entendimento empregadas por ambos.

Assim, a prática da escrita de diários, de observações participantes, de anotações de campo, revisitados pelos estudos de memória, recoloca no centro das atenções um elemento perturbador: a tradução/transcrição/traição das diferenças assimétricas entre o “nativo” e o “etnógrafo” reunindo de forma indissociável a *identidade de si* da antropóloga, intelectual, respaldada e ‘autorizada’ pelo campo discursivo da Antropologia à *identidade de si* de mulheres de camadas populares, estigmatizadas, violentadas, marginalizadas, muitas vezes patologizadas e criminalizadas no âmbito da vida social.

A seguir, destaco mais um trecho retirado de meu diário de campo do mestrado que considero emblemático em relação a essa problemática:

[...] Todas as noites antes de dormir, aproveitando o recolhimento da família com que estou morando, espalho meus mapas e cadernos de notas pela única mesa da casa, situada na cozinha. Nestes primeiros dias apareceram falas indicando um teor de preocupação sobre o que irei escrever sobre eles, repetidamente. Como a do filho mais velho do casal, que diversas vezes vem à cozinha com o pretexto de beber água e indaga-me: *Ei, o que tu tá escrevendo sobre a gente aí mesmo? Tu vai falar que a mulherada que tu tá entrevistando é violenta [...]. Não vai falar que a gente é violento, né?* (Itajaí, Favela Matadouro, 5 de julho de 2000).

Considero esse fragmento de meu diário revelador deste entrelaçamento de representações de si e de embates de identidades

narrativas nas quais o antropólogo se envolve durante o campo, procurando ordenar, arranjar e acomodar não apenas as decalagens de experiências de vida distintas na cidade, imediatamente após a sua imersão no mundo do outro.

São situações que suscitam em mim uma reflexão sobre o teor da autoridade etnográfica de que disponho na construção da representação do “nativo”.

Da mesma forma, advém daí minha perturbação na identificação do “poder” contido no pensamento antropológico, constituído por conceitos e teorias, norteadores da tradução da palavra do “outro” para outra comunidade intelectual que não aquela de onde estas representações se originam.

Dessa forma, a incursão à minha pesquisa de mestrado foi fundamental para a minha tese de doutoramento ao considerar que o *tempo do mundo* (BACHELARD, 1994; ECKERT; ROCHA, 2005), o tempo cronológico (ou *tempo pensado*), aquele que seguiu a escritura da tese de doutorado, solicitou, de múltiplas formas.

Refiro-me aqui à importância de uma reflexão sobre os diversos tempos vividos por mim durante meu trabalho de campo para a compreensão que desenvolvo dos estudos de violência no mundo contemporâneo, e que comporta, além da compreensão do *tempo do mundo* que rege a minha experiência de campo no presídio feminino de Rio do Sul, e junto às mulheres demarcadas por vivências de violências as quais entrevistei em meu campo de doutoramento, o *tempo do mundo* condensado em minha experiência de mestrado na Favela Matadouro agregado a ele.

Início minha pesquisa de mestrado nos idos de 2000-2002 pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. O objeto de pesquisa: as trajetórias sociais e os itinerários urbanos de mulheres que compunham um mesmo grupo familiar pertencente às classes trabalhadoras urbanas e moradoras do Bairro-Favela Matadouro, localizado no município de Itajaí-SC.

Vale lembrar, que essa pesquisa, “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come - Estudo antropológico de trajetórias sociais e itinerários urbanos,

sob o prisma da cultura do medo entre mulheres/mães moradoras da Favela Matadouro, Itajaí/SC”, transcorreu sob uma perspectiva dos estudos de pobreza (WACQUANT, 2001), gênero e violência, situando-os no contexto das modernas sociedades complexas, urbano-industriais, caracterizadas por uma dramática singular, da homogeneidade-heterogeneidade cultural (VELHO, 1981).

Conforme escritos retirados de minha dissertação, e na linha dos comentários de Velho (1981), no bairro Matadouro, tal qual em muitos bairros de camadas médias urbanas (no caso, Rio de Janeiro) pesquisados pelo autor, a heterogeneidade de universos simbólicos é uma de suas marcas como grupo urbano, fenômeno que faz par com processos de homogeneização em que a mídia (jornal e televisão) desponta como parte importante na construção de emblemas reveladores de estigmas sociais com os quais os moradores do Matadouro lidam em seu cotidiano (RAMOS DE OLIVEIRA, 2002, p. 17).

Assim, foi em meu mestrado, a partir do uso de técnicas e procedimentos já clássicos na antropologia, como a descrição densa (GEERTZ, 1978) daquela realidade, alcançada prioritariamente pela observação participante (MALINOWSKI, 1986), pela etnografia do cotidiano (DE CERTEAU, 1995) e ainda pelo estudo das narrativas biográficas (ECKERT; ROCHA, 2005) do universo focalizado, que comecei a refletir sobre o campo de pesquisa voltado para estudos de violência e gênero da e na cidade.

O contexto metropolitano aparecia, desde o início de minha pesquisa, como um cenário privilegiado para a descrição e a análise do ponto de vista dos “nativos” sobre as questões polêmicas de violência urbana. Neste caso, a dissertação focalizou a problemática do gênero, família e pobreza e as questões das experiências cotidianas de violências entre segmentos populares e seus itinerários urbanos na cidade de Itajaí, adotando, prioritariamente, a linhagem de estudos de Zaluar (1994, 2003), Fonseca (2000), Diógenes (1998) e Caldeira (2000).

A dissertação seguia de perto os comentários de Velho (1981), para quem o fundamental no trabalho do antropólogo é investigar e verificar como os “nativos” percebem questões como violências, diferenças grupais

(religiosas, étnicas, de gênero), entre outras, para não cair na armadilha de classificar determinada população segundo seu próprio critério, desrespeitando o “olhar do outro”, que, numa sociedade complexa, aparentemente pode ser semelhante ao seu, mas provavelmente apresenta muitas diferenças (RAMOS DE OLIVEIRA, 2002, p. 25-26).

Seguindo esta orientação, pude resgatar as experiências desse grupo de mulheres-mães da favela Matadouro face à disseminação de uma cultura do medo no mundo urbano contemporâneo de uma cidade como Itajaí. Um fenômeno que me possibilitou a compreensão do processo de construção subjetiva da condição de vítima vivida por determinados grupos de mulheres pertencentes aos segmentos populares, a partir do resgate de suas lembranças de experiências com várias dimensões da violência urbana.

Observava que, naquele contexto, minhas interlocutoras temiam para si mesmas e para seus filhos o destino trágico de uma trajetória social singular, a de “pobre e bandido”. Nutriam, sobre o seu futuro e o de suas famílias, sentimentos de medo e inseguranças, incorporando, através dos processos de vitimização, um fenômeno de subjetivação de atos “violentos” oriundos de uma cultura objetiva de atos violentos a que as camadas mais pobres da população brasileiras acham-se constrangidos.

Aqui a teoria simmeliana torna-se interessante, à medida que na “tragédia da cultura” o autor traz à tona a problematização da “objetificação” da vida, que a partir das antíteses como cultura objetiva e cultura subjetiva, “processos associativos e processos dissociativos” (NEDELMAN, 1989; MALDONADO, 1996), “forças constitutivas e poderes dissolventes” (SIMMEL, 1986), pode revelar aspectos importantes para a compreensão densa de um processo de vitimização das camadas pobres brasileiras.

Isso se atentarmos para o âmbito de um mundo da vida objetiva que se contrapõe à subjetividade dos “indivíduos”, circunscrita nos *impactos da metrópole*, primeiro, sobre a “vida mental” desses “indivíduos”, como pode ser visto no medo vivido pelas mulheres/mães focos de minha pesquisa de mestrado, e visto ao longo da tese, em outra escala, nas mulheres foco de minha pesquisa de doutorado, e segundo, sobre o próprio antropólogo que

investiga os tais fenômenos de vitimização como poderá ser possível observar nos trechos expostos de meus diários de campo.

Nesse viés, levando em conta o cruzamento das temporalidades diferenciadas norteadoras desse estudo, as reflexões em torno de meu antigo tema e objeto de pesquisa desenvolvidos no mestrado estão indubitavelmente relacionadas ao meu desejo, no tempo do doutorado, de problematização dos efeitos dos constrangimentos advindos de um campo em que a antropóloga pesquisa como as trajetórias sociais de violências são acomodadas por mulheres de camadas populares, sobre a interpretação de seus itinerários urbanos, marcados por vivências de discriminação, estigmatização, criminalização e marginalização nos territórios da cidade onde vivem. Período longo e tenho impressão de que você já disse isso tudo.

Portanto, procuro problematizar as acomodações das representações do “nativo” ao longo de minha própria trajetória acadêmica (de psicologia/antropologia⁷ e de mestrado/doutorado), das adoções conceituais e

⁷ Na qualidade de estudante de Psicologia, mantive o meu primeiro contato com o bairro Matadouro quando desenvolvi, no período de junho de 1998 a agosto de 1999, um projeto de conclusão de curso voltado para a área de psicologia organizacional na Universidade do Vale do Itajaí. A pesquisa tinha como objetivo principal orientar os dirigentes da Associação de Moradores do bairro Matadouro na execução e implementação de projetos em benefício da comunidade. Sem me aprofundar nesta questão, seria profícuo ressaltar que, neste período, a pesquisa foi fundamentada pelos pressupostos da Psicologia Social, embasados por uma epistemologia crítica, orientada principalmente pelos pensamentos de Bachelard (1994), Lane (1984) e Heller (1998). Nas palavras de Lane (1994): “[...] A Psicologia Social tem por objetivo conhecer o indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação grupal e social. Porém, agora a Psicologia Social poderá responder à questão de como o homem é sujeito da história e transformador de sua própria vida e da sua sociedade [...]” (p. 19). Em decorrência da concepção teórica e dos objetivos do trabalho, a metodologia utilizada foi a *pesquisa participante* e a *pesquisa ação*, “em que a população interessada (ou seus representantes) participa, junto com os investigadores, da definição do objeto de pesquisa, dos seus objetivos e do seu planejamento [...]”. O trabalho de campo e conjunto e análise dos dados incluem a participação de todos os envolvidos onde é esperado *feedback* para validação dos resultados e onde são estabelecidas as propostas de ação daí decorrentes” (TITTONI e JACQUES, 1998). Subsidiada por estes pressupostos teóricos e por esta metodologia, os objetivos da pesquisa em Psicologia foram alcançados, fator que não impediu o estabelecimento de muitas lacunas e questionamentos acerca do Matadouro e de seus moradores. “Tolo e míope é o cientista que se defronta com uma classe inteira de fenômenos, prontos para serem coletados, e os despreza, mesmo que não veja, no momento, qual a sua possível utilização teórica!” (MALINOWSKI, 1986, p. 43). Hoje posso dizer que estas palavras de Malinowski, que só vim a conhecer como mestranda em Antropologia, foram respeitadas por mim, ainda como estudante de Psicologia, já que concomitantemente com o trabalho na Associação de Moradores do Matadouro eu redigia um esboço de um “diário de campo”, descrevendo a cotidianidade daquela população, em situações diversas, como festas, botecos, momentos de sociabilidade entre a vizinhança etc. Finalizada esta pesquisa, revisitando meu “diário de campo” escrito entre 1998-1999, pude constatar alguns fenômenos registrados que me chamaram a atenção, tais como: a diversidade sócio-cultural, as tensões advindas aparentemente do tráfico de drogas, as constantes migrações internas ou para bairros vizinhos de grande parte da população. Diante do observado, optei por dar continuidade a uma pesquisa no Matadouro sob os pressupostos da Antropologia Social, que, embora de forma superficial, foram-me apresentados ainda na graduação, contribuindo indubitavelmente para esta escolha. Classifico este período da minha trajetória como pesquisadora, como uma fase, como diria Demo

teóricas e de minha adesão aos estudos de antropologia sobre o tema do gênero e violência na cidade moderno-contemporânea, como parte integrante das formas de pensar que, progressivamente, vou tecendo para a compreensão de tais fenômenos.

Continuando, penso que a transcrição da continuidade do relato retirado de meu diário de campo torna-se proveitosa, nesse movimento necessário de um retorno ao meu antigo tema e objeto de pesquisa. Vamos a ele:

Já que no primeiro dia em campo, e em todas as outras conversas que tivemos, nos outros dias subsequentes, fiz questão de esclarecer o que eu estava fazendo ali, fiquei um pouco incomodada com o questionamento de meu interlocutor ([...]. *Ei, o que tu tá escrevendo sobre a gente aí mesmo? Não vai falar que a gente é violento, né? [...]*).[...] Ele continuou falando: (*Sabe o que é, é que eu ando bem cansado de ouvir o pessoal falando por aí que quem mora no Matador é bandido [...]. Quase me confundiram com um traficante aí só porque moro aqui [...]. E depois tu como vindo lá da universidade [...] o que tu vai falar aí da gente [...] sei lá, pode ser perigoso [...]*). Diante disso, convidei-o para sentar ao meu lado na mesa e mostrando-lhe minhas cartografias do bairro, fragmentos do meu diário e as imagens feitas a partir de minha primeira semana em campo descrevi longamente quais eram os meus objetivos [...]. Dadas as diferenças, depois de algumas horas de conversa, Rodrigo parecia mais à vontade diante da minha presença em sua casa e mais disposto a ajudar-me no que fosse preciso para o bom andamento do meu trabalho. Depois disso, já que faltavam apenas algumas horas para o dia nascer, apagamos a luzes e fomos dormir. (Itajaí, Favela Matadouro, 5 de julho de 2000).

Essa passagem do meu diário de campo me remete à importância, para a produção de um conhecimento de sua matriz disciplinar, de um pensamento antropológico que necessita se deslocar incessantemente do *tempo do mundo* (tempo da antropóloga em sua formação no interior da academia) para o *tempo subjetivo* (tempo das interlocutoras e dos interlocutores e suas vivências de violências na favela, no cárcere), e vice-

(1990), marcada pela *construção da necessidade de construir caminhos*. Assim, antes que romper com os paradigmas da Psicologia Social, a opção pela Antropologia Social foi um meio (*caminho*) que encontrei para investigar outras facetas da complexa realidade que o Matadouro e seus moradores apresentavam. O meu ingresso no mestrado em Antropologia Social deu-se no primeiro semestre de 2000 e já nos primeiros seminários, ficou ratificado que poderia dar continuidade a minha pesquisa sob novas perspectivas, as antropológicas, que viriam a contribuir para uma compreensão mais ampla e *densa* do objeto em questão, possibilitando-me ainda produzir um discurso que “tenha tanto a capacidade de se somar na singularidade de uma ‘antropologia no plural’ quanto a de contribuir significativamente para o contexto no qual me acontece viver” (PEIRANO, 1991) (RAMOS DE OLIVEIRA, 2002, p. 15).

versa. Do *tempo subjetivo* (tempo da antropóloga em campo de camadas médias urbanas letradas e intelectualizadas) em direção ao *tempo subjetivo* (tempo de interlocutoras e interlocutores de camadas populares, ou advindas delas, pobres, e, geralmente, semi-alfabetizados).⁸

Nesse ínterim, em função de que, no “limiar da memória” acontece sempre uma “elaboração ética da vida social” (ECKERT; ROCHA, 2005), é nos interstícios dos deslocamentos epistemológicos entre essas temporalidades diversas vividas por mim, ao longo de minha formação pesquisando gênero, violência e cidade, que circunscrevo mais uma vez o título do artigo, uma antropóloga no “fio da navalha” no interior das pretensões deste artigo.

Outro fragmento retirado de meu diário de campo pode contribuir com a discussão:

Hoje estou muito cansada [...]. Estou quase há um mês aqui no Matadouro e confesso que está sendo muito difícil ter que escutar dia após dia a história de vida sofrida dessas mulheres [...]. É difícil ter que admitir que a vida de tanta gente é constituída em grande parte por experiências de horror: assassinatos, drogas, roubos, discriminações, estupros [...]. Nessa hora fica difícil relativizar [...]. Como a Alba Zaluar aguenta trabalhar tantos anos com violências [...]. Eu não quero chegar ao final da minha vida achando que “o ser humano é uma paixão inútil”, como disse Sartre [...]. É muito sofrimento [...]. Espero que essa pesquisa gere algum fruto em benefício dessas pessoas [...] ou que suas experiências, que serão relatadas em minha dissertação, possam contribuir de alguma forma para nossa compreensão desses fenômenos ditos violentos [...]. (Itajaí, Favela Matadouro, 27 de julho de 2000).

Para que esse relato não resvale num subjetivismo, ou em questões meramente morais, devo dizer que me exponho, nesse momento, por acreditar, que esse fragmento de minha experiência em campo possa contribuir para a discussão sobre os dilemas das escutas em campo, que antecipam as necessárias “perturbações” (ROCHA; ECKERT, 2000) que a escrita provoca no

⁸Por dialogarem com os temas desenvolvidos por Velho (1981) principalmente em “Individualismo e cultura” e a mediação entre Bachelard (1994) em sua “dialética da duração” e os estudos da memória em relação às questões da produção de etnografia no contexto das metrópoles, ver as discussões desenvolvidas por Eckert e Rocha (2000) principalmente no livro “O tempo e a cidade”, onde as autoras referenciam os conceitos “do tempo do mundo” e do “tempo subjetivo” numa reflexão em torno do antropólogo na figura do narrador, da interioridade do tempo e das formas de sociabilidade e dos itinerários. Para as autoras: “A memória não se realiza por si mesma, por um impulso íntimo, manifestação de um ‘eu profundo’; ela é o resultado de uma dada hierarquia de instantes, configurando-se numa dialética da duração, isto é, sobreposição rítmica de um tempo subjetivo e de um tempo no mundo, através da ondulação complexa de ordenações múltiplas que se confirmam umas às outras” (ECKERT; ROCHA, 2000, p. 154).

aprendiz de antropólogo na direção da sua construção do conhecimento antropológico. Nesse caso, a escrita atua como mediadora da apreensão cuidadosa dos meandros de nosso próprio discurso, como construtor de práxis social (FOUCAULT, 2002; RABINOW, 1999).

Sobre os meandros da figura do antropólogo na figura do narrador da própria vida social que ele busca compreender, vale a pena resgatar os estudos de (PEIRANO, 1992), quando a autora nos situa na dupla alteridade que marca a experiência social do antropólogo em suas pesquisas no seio da sociedade brasileira, ou seja, alteridade situada entre o universalismo da ciência e o holismo da cidadania. Uma posição por vezes ambivalente da identidade narrativa dos antropólogos que se alimenta da falta de uma representatividade política dos segmentos sociais no país, e onde os cientistas, aqui sinônimo de uma grande parcela da elite brasileira, tornam-se responsáveis por desempenhar este papel político.⁹

Para a autora, no Brasil, o ser pesquisador-intelectual traz uma roupagem que incorpora o compromisso social no seu campo de ação de pesquisa. Para o caso da Antropologia, o aprendiz de antropólogo “teoricamente” teria também que aprender com as suas responsabilidades cívicas e políticas ao desenvolver uma pesquisa de campo; uma situação delicada e complexa principalmente, aqui no caso, quando se trata do tema de gênero e violência unindo (ou, talvez, separando) a aprendiz de antropóloga e suas interlocutoras no contexto metropolitano.

Embora uma década tenha se passado¹⁰ desta afirmação, tais comentários continuam relevantes e atuais. A relevância do tema persiste e

⁹Aqui direta ou indiretamente estamos nos referindo à problemática da identidade narrativa do antropólogo na figura de narrador (ECKERT; ROCHA, 2000), onde a idéia da “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1979) pode ser retomada e “aplicada” ao próprio antropólogo e a sua escrita em sua função-autor. Nesse sentido vale a pena retomar Geertz e seus estudos sobre “vidas e obras” e o “antropólogo como autor” em que ele problematiza o tema da autoria, tanto quanto CLIFFORD & MARCUS (1986) e sua já clássica discussão sobre a mesma problemática em “Writing culture”. A esse respeito, ver também Rosaldo (*Desde La puerta de la tienda de campana: El investigador de campo y el inquisidor*. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. E. (ed.). *Retóricas de la antropología*. Madrid: Jucar Universidad, 1991. Serie Antropología). Ver ainda: Paul Rabinow (*Um ethnologue au Maroc: réflexions sur une enquête de terrain*. Paris: Hachette, 1985).

¹⁰ Em 2006, em a *A teoria vivida*, M. Peirano de certa forma dá continuidade às discussões iniciadas nos idos de 1990, quando reflete além dos caminhos contemporâneos da antropologia, sobre “nossas” categorias de senso comum e as práticas do cotidiano. Para a autora: “[...] um traço marcante da nossa prática como cientistas sociais sempre foi o envolvimento comprometido com as populações estudadas. Não temos dívidas passadas a saldar; temos, sim, responsabilidades sempre presentes” (PEIRANO, 2006, p. 9).

basta revisitar as publicações dos últimos anos apoiadas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e sua série de livros *Antropologia e Direitos Humanos*, atualmente com cinco volumes, *Antropologia e Ética*¹¹ e *Antropologia Extra-Muros*.

Nesse sentido, vale dizer que essas publicações da ABA me convidam a referir passagens de meus diários de campo de mestrado e doutorado no sentido de fazer uma reflexão em torno dos efeitos da desconstrução do tempo no interior do processo de construção de categorias interpretativas para os avanços dos meandros das aprendizagens do próprio ato de pensar antropologicamente o mundo social. Isso porque essas obras trazem parte desse processo e suas implicações ético-morais e políticas do engajamento do antropólogo com agendas de políticas culturais contemporâneas.¹²

Em relação a essa questão, mais um recorte de meu diário de campo de mestrado pode ser revelador:

Hoje passei a maior parte do dia bem feliz, fiquei sabendo pelo meu pai que veio aqui me avisar que amanhã bem cedo tenho que ir a Florianópolis, tenho que ir assinar os papéis, pois fui agraciada pela bolsa de mestrado, quase nem acredito, são cinco bolsas e eu consegui uma delas!!! Mas é esquisito, ao mesmo tempo em que to feliz e aliviada, já que esses 723, 00 reais vão ser fundamentais para continuidade dessa pesquisa, me sinto angustiada, bem angustiada [...]. Pois pra mim, esse pagamento parece aumentar ainda mais minha responsabilidade com relação a essa população [...]. Quando resolvi fazer esse mestrado foi justamente para tentar compreender de forma mais densa a cotidianidade dessas pessoas [...] e em princípio eu acredito que esses dados possam servir como ponto de partida para o desenvolvimento de alguma política pública que faça alguma diferença pra vida dessas [...]. Será que isso vai ocorrer, e será que isso basta [...] fazer falá-los, principalmente essas mulheres, lembrarem seus sentimentos, suas dores [...]. Tem que haver uma contrapartida [...] senão parece em vão [...]. (Favela Matadouro, Itajaí, 30 de julho de 2000.

Em relação ao que venho tratando neste artigo, uma reflexão de Luis E. Soares (1993) pode ser esclarecedora dos significados da

¹¹ Dentre outros, a esse respeito ver também, *Ética e estética na antropologia*, Ilka Boaventura Leite, (org.) – Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, CNPq, 1998, p. 136.

¹² Para Novaes as publicações da ABA sobre direitos humanos trazem ao público “o debate sobre a específica contribuição da antropologia para um melhor entendimento dos diferentes tipos de desigualdades sociais que se aguçam nas últimas décadas, e atendem uma demanda urgente de produzir interação entre pensamento crítico e compromisso social, entre universidade e sociedade” (NOVAES, 2001, p. 15).

aprendizagem da antropologia no contexto dos estudos sobre violência no Brasil dos anos 1990. Segundo pontua o autor, fazer antropologia no mundo urbano contemporâneo das cidades brasileiras implica, por parte do etnógrafo, responsabilidade pela convocação permanente ao diálogo dos diversos atores do nosso cotidiano, um papel que é sinônimo de compromisso epistemológico e ético-político para com o “objeto” em questão e a sociedade em geral.¹³

Nesse viés, essa questão pode nos trazer para uma esfera política¹⁴ da vida social, que nos obriga senão a rever, pelo menos a prestar mais atenção na usual “vantagem epistemológica que temos sobre o nativo”, como bem lembrou meu interlocutor no já citado recorte de meu diário de campo (*E depois tu como vindo lá da universidade [...] o que tu vai falar aí da gente [...] sei lá, pode ser perigoso*), ou ainda como diria Viveiros de Castro (2001, p. 25) remetendo-se aos comentários de Geertz “somos todos nativos”, mas, de direito, “uns sempre mais nativos que outros”.

Enfim, penso que a exposição desses primeiros recortes de meu diário de campo, especialmente a que traz o diálogo entre o interlocutor e a pesquisadora, legitima sua proficuidade nessa discussão por revelar um “aspecto paradoxal de nosso pensamento” (pensamento de pesquisadores), a saber: a escolha do “olho do outro para ver a forma felizmente abstrata do fenômeno objetivo” (BACHELARD, 1996, p. 255).¹⁵ A idéia de que *somos todos*

¹³ Ver G. Velho e suas reflexões em torno do tema do antropólogo como mediador cultural. Acerca de nosso tema ver especialmente: Velho, G. *Mudança, crise e violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Nas palavras do autor: “[...] Este não é um livro acadêmico de antropologia. Trata-se de um conjunto de textos escritos por um cidadão brasileiro, que é também cientista social, voltado para temas e questões que aparecem na imprensa diária. Assim, a vida política, ações governamentais, questões e debates sobre diversos aspectos da sociedade brasileira são focalizados. [...] o assustador crescimento da violência, associado a uma ampla crise nas relações sociais, são alguns assuntos que, também, me têm mobilizado” (VELHO, 2002, p. 10).

¹⁴ Sobre essa discussão corrente na antropologia ver especialmente: Abéles, M. La mise en representation du politique, In *Anthropologie du politique*, Marc Abéles e Henri-Pierre Jeudy (orgs). Paris: Armand Colin, 1997, p. 247-271; Abéles, Marc e Henri-Pierre Jeudy. Introduction, In *Anthropologie du politique*, Marc Abéles e Henri-Pierre Jeudy (orgs). Paris: Armand Colin, 1997, p. 5-24; Brown, Michael. 1996. Fórum: on resisting resistance, In: *American Anthropologist* 98 (4): 729-735; Geertz, C. Na inconstant profession: The anthropological life in interesting times, In *Annual Review of Anthropology* 31, 2002, p. 1-19; Gupta, Akhil e James Ferguson. 1997. Culture, power, Place: Ethnography at the end of an era, In *Culture, power, place: explorations in critical anthropology*, org. dos autores, Durham: Duke University Press, p. 1-29; Latour, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 7-52; Marcus, George E. Micahel M. J. Fischer. “Anthropology as Cultural Critique: an experimental moment, In *The Human Sciences*. Chicago, The University of Chicago Press, 1986, p. 17-44; Wolf, Eric R. *Encarando o poder: velhos insights, novas Questões*, In *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf, Bela Feldman-Bianco & Gustavo L. Ribeiro* (orgs.), Brasília: editora da UnB, 2003, p. 325-343.

¹⁵ Para Bachelard (1996, p. 255) “Diz-me o que vês e eu te direi o que é. Só esse circuito, na aparência insensato, pode nos dar alguma garantia de que fizemos completa abstração de nossas idéias primeiras. Ah! Não há dúvida de

nativos, mas de direito, uns sempre mais nativos que outros, desnuda, ainda mais, o circuito dos obstáculos epistemológicos e dos deslocamentos a serem percorridos quando nos propomos a fazer uma “hermenêutica do outro” (DE CERTEAU, 2002).

Esta gama de questões que apresento acompanharam os meus momentos decisivos de retorno a campo quando no período de meu doutoramento e de redefinição de meu posicionamento diante da temática com a qual já havia trabalhado em minha dissertação de mestrado; aspectos cruciais para o que começo a discutir no item a seguir.

1.2 - De volta ao campo

Logo perguntei qual era o seu nome e de onde ela vinha. Para minha surpresa ela me disse que morava em Itajaí, minha cidade natal. Mais instigada ainda pela revelação e por sua rápida aproximação quando disse que era da mesma cidade, perguntei-lhe qual o bairro em que ela residia antes de estar ali, depois de titubear ela respondeu-me: MATADOURO.

(Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Considero muito importante a reflexão acerca da ideia de que o arcabouço teórico/metodológico da antropologia, por mais significativo e imprescindível que seja para a composição de nossa disciplina, corre o risco de perder o sentido se aqueles que o tiverem acionando, ou melhor, operando com eles, não o fizerem por uma ótica “crítica cosmopolita”,¹⁶ ou seja, com o intuito de refletir sobre dados etnográficos, levando em conta que os próprios

que sabemos o que vamos perder!...Precisávamos tanto estar de modo integral em nossa visão do mundo! Mas é exatamente essa necessidade que precisa ser superada. Vamos, não é a clara luz, é a beira da sombra que o raio, ao difratar-se, entrega-nos seus segredos”.

¹⁶ Expressão cunhada por Rabinow (1999). Para o autor, concordar com uma posição crítico-cosmopolita significa aderir a “uma posição oposicionista, desconfiada de poderes soberanos, verdades universais, precisão relativizada em demasia, autenticidade local, moralismo de cima para baixo. Entendimento é o seu outro valor, mas um entendimento desconfiada de suas tendências imperialistas. [...] Embora todos sejamos cosmopolitas, o Homo Sapiens tem deixado muito a desejar na sua interpretação desta condição. Parece que temos problemas com o balanceamento, preferindo retificar identidades locais ou construir identidades universais. Nós vivemos *in-between* [...]”. (RABINOW, 1999, p. 100).

dados etnográficos são compostos também pela própria teoria e vice-versa.¹⁷

“Vai pra campo, Micheline!”, essa foi a frase que tive que ouvir de minha incansável orientadora por um bom tempo. Uma frase dita no sentido de me provocar, para, a partir dela, me dar conta que não estava cursando um doutorado em Antropologia Social para “filosofar”. É claro que, se naquela época, e, em parte hoje também, as minhas reflexões giravam em torno da obra dos antropólogos e de uma prática de pesquisa etnográfica voltada para os estudos das violências nas cidades contemporâneas. Minhas indagações críticas referiam-se a um suposto uso de pressupostos teóricos vinculados a uma ética e a uma estética (valores, epistemologia) naturalizadoras da categoria “violência” (RIFIOTIS, 1999),¹⁸ no corpo do pensamento antropológico que se dedicam ao tema do gênero. Na ocasião, minha orientadora fazia uma crítica a minha abordagem distanciada deste fenômeno no interior da minha comunidade intelectual de pertença – a dos antropólogos – uma vez que minha própria produção anterior no campo dos estudos antropológicos sobre as violências (dissertação de mestrado) não era lembrada. Tal provocação me obrigava a refletir sobre minha atitude intelectual defensiva que consistia simplesmente em ovacionar ou vaiar meus pares,¹⁹ sem aparentemente me comprometer com este espaço de problemas da pesquisa no âmbito das sociedades complexas.

Naquele momento, longe do campo, estava distante dos mal-estares, perturbações e inquietações característicos do método etnográfico e, assim, mantinha-me distante do movimento gerido pelo “paradoxo que encerra o

¹⁷Peirano (2006), em *A teoria vivida*, discorre de forma magistral sobre essa reflexão. Para a autora: “a teoria é o par inseparável da etnografia, e o diálogo íntimo entre ambas cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina. Este papel da teoria revela-se especialmente em nossos trabalhos analíticos, quando ela está, de maneira mais óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados etnográficos”. (PEIRANO, 2006, p. 7).

¹⁸Sobre a discussão em torno de uma moralização e certa naturalização da categoria “violência”, ver Rifiotis (1999), especialmente: “Violência em plural y lenguaje de las diferencias”. Revista Mosaico. Buenos Aires, 1999.

¹⁹[...] James Clifford criou e ocupou o papel de escriba ex-ofício dos nossos rabiscos. [...] Clifford toma como seus nativos e informantes aqueles antropólogos do passado e do presente cujo trabalho, conscientemente ou não, tem sido a produção de textos, a escrita de etnografias. Estamos sendo observados e inscritos [...]. O outro, para Clifford, é a representação antropológica do outro. Isto significa que Clifford tem um controle mais firme do seu projeto, sendo simultaneamente mais parasitário. Ele pode inventar suas questões com poucas coerções; ele precisa, no entanto, nutrir-se constantemente dos textos de outros [...]. Clifford lê e classifica, descrevendo intenções e estabelecendo um cânone; mas ele não examina sua própria escrita e situação” (RABINOW, 1999, p. 84).

método etnográfico”, Isto é, o desafio vivido por todo antropólogo diante da escrita etnográfica que nos desafia constantemente a fazer convergir “o tempo da ação” vivida em campo entre os “nativos” (eu estive lá) e o “tempo da narração”, o da transmissão da experiência etnográfica para a comunidade intelectual dos antropólogos.

Um deslocamento intelectual complexo, denso e tenso que reafirma o vigor do método etnográfico²⁰ na contemporaneidade, principalmente para o caso dos estudos vinculados ao campo das ditas violências. O retorno ao trabalho de campo me fez reconhecer o vigor de tal método que pensava erroneamente quase já falido. Ao invés de perpetuar a crítica moralista dos pós-modernos a respeito das falhas estruturais da escrita etnográfica em seu viés interpretativo da vida social, iniciei minha retomada de campo, precisamente, investindo no reconhecimento de que é a distância que separa “a modéstia da manutenção do si” do antropólogo diante do outro e o “orgulho estóico da inflexível constância a si” em face desta alteridade que atribui à prática do método etnográfico um valor inexpugnável, por situar o antropólogo na humilde situação de um autor em busca de seus personagens para melhor compreender seu lugar no mundo (ECKERT; ROCHA, 2000, p. 138)

Preocupada, portanto, em traçar alguns aspectos da “interioridade da experiência temporal”, que incidem na condição da “produção etnográfica” de antropólogos que estudam o fenômeno da violência, cidade e gênero, e levando em conta minha experiência de mestrado combinada com minha formação iniciada de doutoramento, retomei minhas escritas integrando-as à reflexão de tais fenômenos.

Num primeiro momento a minha escolha para oficializar a “entrada” no meu campo de doutoramento foi a ida, em setembro de 2006, a um presídio feminino²¹ localizado na cidade de Rio do Sul/SC. A visita estava associada à

²⁰ Parafrazeando Paul Ricoeur, Eckert e Rocha (2000) afirmam que “os pós-modernos, confrontados com o caráter dialógico da experiência etnográfica e em sua “vigilância formal”, ao submeterem à crítica a escritura etnográfica em Antropologia, permanecem parasitários da motivação realista que a engendra. Tal “realismo” dissimula-se na observação impessoal do encadeamento da totalidade das vidas humanas que estuda na escritura do texto etnográfico, provocando uma “crise interna de ipseidade”, pela eliminação da totalidade da obra etnográfica em prol da factualidade do acontecimento” (ECKERT; ROCHA, 2000, p. 135).

²¹ Minha experiência de campo no presídio feminino em Rio do Sul foi constituída por dez visitas realizadas entre os meses de setembro de 2006 e março de 2007, com duração aproximada de cinco horas cada.

relativa facilidade de entrada no local, já que lá atuavam, em uma pesquisa para trabalho de conclusão de curso, quatro ex-alunas da Faculdade de Psicologia da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), situada nesse mesmo município, no qual trabalhei como professora e orientadora por três anos.

Entretanto, num momento posterior, demarcado mais uma vez por observações de minha orientadora sobre tal escolha, complexifiquei meu raciocínio em relação a minha decisão de circunscrever meu trabalho de campo nos meandros de um presídio. Tratava-se de algo que, indubitavelmente, retomava minha trajetória acadêmica, sempre acionada pelos estudos com mulheres e violências, desde a época de minha graduação em Psicologia.

Como já referido, é interessante assinalar que a decisão foi motivada, após conversas com minha orientadora, por uma leitura crítica do denso material coletado em meu campo de mestrado entre 2000 e 2001, registrado por meio das múltiplas técnicas de escritas associadas ao trabalho de campo, tais como caderno de notas; descrição de observações participantes; diários de campo; situações de entrevistas e transcrições das mesmas, além de fotografias e pesquisa com acervo de reportagens de jornais.

É neste momento que a escrita etnográfica, como processo de organização da experiência de campo do antropólogo, começou a me interessar como um fenômeno relevante a partir do qual poderia refletir sobre os inúmeros deslocamentos epistemológicos que a produção progressiva de registros de campo tende a provocar na construção, tanto do tema quanto do objeto do pensamento antropológico.

A presença no presídio feminino e a retomada, em detalhe, dos dados etnográficos do período de mestrado (muitos deles não aproveitados no estudo proposto na dissertação), poderiam ser interessantes para que eu pudesse me dedicar ao estudo das violências no mundo contemporâneo tendo em mente questões de poder, de gênero, de trajetórias sociais e de itinerários urbanos em camadas populares como um foco central de análise.

Em particular, o presídio feminino me permitiria compreender as narrativas biográficas de mulheres relacionadas às vivências de violências

contrárias às experiências com minhas interlocutoras, no período de mestrado, sempre situadas no interior da família, na condição de vítimas.

Nesse sentido, vale reforçar o fato da passagem das mulheres encarceradas da condição de vítimas para a condição de “agressoras/algozes”, atuando no interior do mundo da transgressão: roubo, drogas, tráfico, prostituição, entre outros. E, embora de outra forma, do retorno a essa condição quando no domínio da prisão.²² Local onde aflorariam conflitos éticos e morais, constituintes, em algum momento, da etnografia na contemporaneidade, como reflete sabiamente Sílvia Coelho dos Santos (2004, p. 102), afirmando que hoje somos obrigados a refletir “sobre o papel do antropólogo”, sua condição de pesquisador, que assume uma postura crítica, e “sobre sua condição de cidadão, intelectualmente privilegiado [...]”.

Partindo dessa reflexão, abro espaço para um fragmento retirado de meu diário de campo de doutorado escrito logo após a primeira visita ao presídio feminino em 2006, onde realizo um processo reflexivo, na interioridade de minha escrita, a respeito das diferenças entre a Favela Matadouro e o Presídio Feminino, neste espaço público/rua, espaço público/cárcere, entre gênero/família/cidade e gênero/cárcere/cidade.

Aqui, e também nos próximos fragmentos iniciais de meu diário de campo de doutorado, o tema da incômoda experiência circunscrita na contradição do movimento característico da humildade e da arrogância da manutenção do si mesmo do antropólogo com o outro vem mais uma vez à tona, assinalando os momentos distintos de minhas experiências de mestrado e de doutoramento. Momentos esses reveladores, em última instância, das diferenças temporais registradas e acomodadas como parte de minha construção intelectual que não escapa da incômoda experiência da distância que separa a modéstia da manutenção do si do antropólogo diante do outro e o orgulho estóico da inflexível constância de si face a esta alteridade que atribui à prática da etnografia toda sua grandeza

²²Conforme pondera Foucault (1991) em seu célebre “Vigiar e punir”, “a prisão vem [...] dos mecanismos próprios a um poder disciplinar [...] região mais sombria do aparelho de justiça [...] local onde o poder de punir [...] organiza silenciosamente um campo de objetividade [...] e a sentença se inscreve entre os discursos de saber” (FOUCAULT, 1991, p. 226-227).

Quando conversei com Sônia sobre a possibilidade de visitar o presídio, já que lá teria acesso a um material fértil para minha pesquisa, estava convicta de minha atitude, respaldada principalmente por minha experiência anterior em meu mestrado, onde o campo ficava situado numa favela onde estava localizado o presídio da região, e em minhas leituras, que passando por Goffmann, Becker, Velho, Zaluar e principalmente Foucault, apontavam aquela instituição estatal como um universo, levando em conta toda sua complexidade, onde a questão do poder, da violência e da discriminação afloram, em princípio, em toda sua “magnitude” [...]. Mas, agora, confesso que estou com um frio na barriga enorme, com medo, e me sentindo muito insegura, principalmente, porque num primeiro momento (quanta pretensão, tomara que seja só num primeiro momento), lá eu não passarei de uma mulher branca, intelectualizada, representante também de uma instituição federal, que mesmo sendo uma universidade, aos olhos delas, provavelmente, representa um poder, como outra instituição qualquer [...]. Nunca vou me esquecer de uma situação que passei no Matadouro, quando uma moradora me interpelou olhando-me das pontas dos pés aos fios dos meus cabelos e de forma debochada falou-me que não sabia o que eu estava fazendo ali [...] que eu devia voltar pra casa, pro meu mundo, que ali não era lugar pra mim [...] que os dias que eu passava ali subindo e descendo o morro com uma máquina fotográfica e com caderninhos na mão não faziam sentido diante daquela realidade [...]. Bom, mas talvez como o Matadouro era um universo grande, uma favela inteira, onde sempre aparecia alguém que não sabia o que eu estava fazendo ali, eu estivesse mais suscetível a passar por situações muito desconfortáveis como essa [...]. Sei lá [...] talvez o presídio, um ambiente menor, seja mais fácil de lidar com esses “imprevistos” ou será o contrário, já que lá a distância entre “nós”, entre mim e minhas interlocutoras será irrefutável, começando pelo fato de ‘eu poder entrar ou sair de lá a hora que eu quiser’ [...]. No momento em que cheguei frente ao presídio, minhas pernas tremeram e minha “dor de barriga” que já estava sentindo desde a manhã aumentou [...]. Mas, eu tinha que me controlar e lembrar que o que me moveu para ir até aquela instituição prisional foi a possibilidade de uma densificação da pesquisa que eu venho desenvolvendo desde o meu mestrado no campo das violências [...]. Ora, eu não podia retroceder, já que aquele local era propício para mim que estava pesquisando cidade, trajetórias sociais, itinerários urbanos e violências [...]. Quando me aproximei do portão de entrada o tema da prisão, do ilegal, das drogas e do crime, tão presentes em meu campo de mestrado, retornaram, agora com mais força, pois ali, além do universo composto pelas detentas, o que estaria em foco, levando em conta o que estava pensando para o meu tema de doutoramento, era a antropóloga etnografando um local, onde ela própria representava, num primeiro momento, uma parcela da sociedade privilegiada, se comparada `aquele contexto que provavelmente ali iria encontrar [...]. Apesar de minha experiência numa favela, aquele local propriamente dito, “o presídio” era novo para mim [...]. E lá estava eu morrendo de medo [...]. (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Provavelmente por essa experiência etnográfica iniciática forçar o rompimento “das certezas gerais e com a estupidez das certezas particulares” (BACHELARD, 1996, p. 255) com as quais eu me assegurava antes de reiniciar

meu campo de doutorado, esta escrita marca a inauguração de meu diário de campo dessa nova etapa de minha trajetória intelectual, e sublinha um momento inicial da trajetória da pesquisa onde sentimentos como medo de “errar” e insegurança constituem o fazer etnográfico.

Aqui, conforme nos ensina Bachelard (1996), eis um deslocamento necessário para aqueles dispostos para a “vida intelectual”: “preparemo-nos mutuamente a esse ascetismo intelectual que extingue todas as intuições [...] que não sucumbe aos pressentimentos intelectuais. E murmuramos, por nossa vez: erro não é um mal” (BACHELARD, 1996, p. 255), e sim uma prerrogativa quando aceitamos que o *erro* só assinala “a insuficiência dos primeiros esboços, o peso dos primeiros esquemas ao sublinhar também o caráter discursivo da coerência abstrata e essencial que nunca alcança seu objetivo de um só golpe” (*ibid*).

Ainda, antes de adentrar em minha experiência da primeira visita ao presídio propriamente dito, ou seja, de minha experiência iniciática com o estudo de gênero, violência e cidade do ponto de vista do cárcere, devo dizer que meu percurso até ali se deu em grande parte pela mediação de Roberta²³, uma personagem importante nessa trama, que durante as tais visitas ao presídio, acabou se tornando uma das informantes principais dessa pesquisa, como poderá ser visto num capítulo subsequente.

Por enquanto, creio que basta dizer que meu encontro com Roberta se deu na Faculdade de Psicologia (campus da Udesc em Ibirama-SC), local em que trabalhei como professora no mesmo período em que lecionei na Unidavi, em Rio do Sul, entre os anos de 2002 e 2005, quando pedi demissão de ambas as instituições para cursar o doutorado em Florianópolis.

Roberta foi minha aluna no curso de Psicologia da Udesc e sua identificação com Psicologia Comunitária, disciplina que lecionei por três semestres consecutivos, nos aproximou. Isso a levou, mesmo depois de minha saída daquela instituição, a procurar-me para que eu pudesse participar de sua banca de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 2007. Ela desenvolvia, na época, uma pesquisa no presídio de Rio do Sul.

²³Para preservar minha interlocutora passo a identificá-la com nome fictício.

Ainda antes disso, muitas conversas informais com Roberta em torno de seu trabalho, e que coincidiam com o meu segundo ano de doutorado, fizeram-me pensar na possibilidade de inserção naquela instituição. Na época, Roberta, que realizava estágio de um ano no presídio, apresentou-me ao referido diretor que, após uma conversa sobre meus interesses de pesquisa, encaminhou à juíza meu pedido de inserção no local. Quarenta e oito horas depois, início de setembro de 2006, meu pedido foi aceito e lá estava eu prestes a adentrar na instituição penal.

Esse longo trecho retirado de meu diário de campo de doutorado, nesse momento, poderá ser esclarecedor:

Marquei minha primeira ida ao presídio hoje (terça-feira), pois Roberta desenvolve algumas atividades de artes manuais (parte do estágio de conclusão do curso de Psicologia) no local, para que ela pudesse me apresentar às mulheres com as quais tem contato há mais ou menos um ano [...]. Por um lado, se minha aproximação com Roberta poderia facilitar minha aproximação com minhas futuras informantes, eu teria que tomar bastante cuidado para que elas não confundissem minha presença ali com a da estagiária de Psicologia, principalmente porque ela estava desenvolvendo um trabalho de “pesquisa-ação” naquele local [...]. Então teria que encontrar o melhor momento para que eu pudesse esclarecer o que estava fazendo ali [...]. Por um momento essa minha preocupação se arrefeceu para dar lugar a outra, que era a de não deixar transparecer meu nervosismo [...]. Era minha primeira vez num presídio feminino e quando me deparei com aquele grande portão de ferro, meu coração acelerou [...]. Roberta tocou o interfone e avisou que eu estava com ela e trazia em minhas mãos meus documentos e minha autorização para estar ali [...] depois de alguns segundos uma voz metálica advinda do interfone falou-nos que podíamos entrar. Então o grande portão se abriu [...] à minha frente eu via um pátio dividido em três construções. Roberta me explicou que o sobrado que ficava à esquerda era o prédio da administração e os outros dois construídos mais à minha direita eram, o menor, o presídio feminino; o maior abrigava o presídio masculino [...]. Para ter acesso a um desses dois prédios o visitante era obrigado a passar por uma pequena sala escura em forma de corredor, para que fosse identificado através de seus documentos e revistado [...]. Foi o que aconteceu comigo e com Roberta [...]. Me senti muito mal quando a agente prisional, além de pedir minha identificação e autorização, revistou-me, apalpando minhas pernas, nádegas, seios, enfim todo o meu corpo à procura de algo que pudesse impedir minha entrada no local [...]. Naquele momento, me senti invadida [...]. Foi uma sensação horrível, que logo foi esquecida em detrimento do aumento de minha ansiedade quando avistei o portão menor que dava acesso ao presídio feminino. No pátio, me senti desnuda pelos olhares do policial que ficava numa espécie de torre policiando o local [...]. O panóptico de Bentham tão escrutinado por Foucault estava ali [...] e o que é pior [...] eu estava ali também [...]. Quando a carcereira abriu a porta do espaço destinado ao presídio feminino quase perdi o fôlego e por um instante fui remetida às minhas conversas com Roberta que me dissera que, dentre outras,

estavam ali mulheres de diversas localidades do Brasil, que faziam parte de quadrilhas de seqüestro; assassinas, inclusive de seus familiares, como suas mães; chefes de tráfico de drogas; coadjuvantes em estupro contra seus filhos menores etc. [...]. Como lidar com aquela realidade [...] o que fazer diante de um contexto tão distante do meu [...] naquele momento confesso que me senti muito insegura [...], mas tinha que enfrentar [...], principalmente porque, naquele momento, o barulho ensurdecedor da porta de ferro que ficou nas minhas costas me informava que já estava dentro e agora tinha que encarar [...]. Quando entramos eu e Roberta, fora algumas delas que foram ao encontro caloroso da estagiária, a maioria dos olhares se voltaram para mim [...] estávamos num pátio cercado por uma muralha a céu aberto, com cheiro de rato podre, um piso cimentado quebrado e encardido, cheio de varais com roupas penduradas [...]. Lá tínhamos algumas cadeiras e uma mesa grande velha e um tanque de roupas [...]. Esse pátio era coberto por uma grade em forma de rede e dava numa porta estreita onde ficavam os banheiros e o dormitório das detentas, não havia grades ali, mas isso não tirava o aspecto sombrio de uma instituição penal, principalmente pelo fato de aquele dormitório coletivo ter sido havia alguns anos o necrotério da cidade [...]. Era um prédio muito escuro, abafado e tornava-se mais desolador à medida que eu ia adentrando no recinto e visualizava os beliches feitos de pedaços de pau instalados lado a lado e separados apenas por um pequeno corredor [...]. Quanto mais eu adentrava o ar parecia ficar escasso e a luz também [...]. Ouvia vozes sussurrando e de repente um choro de bebê que vinha lá do fundo me assustou [...]. Nesse momento, fiquei atônita, principalmente porque não conseguia enxergar a criança que estava escondida pela escuridão e pela grande nuvem de fumaça advinda do cigarro das fumantes do local [...]. Por um momento a Micheline antropóloga sumiu [...] ali toda a minha bagagem anterior em pesquisas de violências escapou-me [...]. O que me fez persistir foi a percepção de que aquele universo, daquelas mulheres encarceradas, podia nos dizer muito sobre trajetórias, itinerários e violências na cidade contemporânea [...]”. (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Tal experiência iniciática de campo levou-me a refletir primeiro que dar início ao meu campo de doutorado num presídio feminino foi, em última instância, uma “escolha política”, no sentido “foucaultiano” do termo, já que ali, com certeza, a adesão a uma antropologia das sociedades complexas “capaz de questionar criticamente tanto o campo teórico em que está inserida quanto a sociedade na qual se desenvolve”, guiou aquela escolha, que passou por “uma espécie de diagnóstico do presente, procedendo em função do mapeamento e seleção de questões e lutas contemporâneas” (GOLDMAN, 1999, p. 120-121).²⁴

²⁴Em relação a essa questão, algumas palavras de Elias (2002) são muito bem-vindas, já que para o autor: “Los científicos sociales no pueden dejar de tomar parte en los asuntos políticos y sociales de su grupo y su época, ni pueden evitar que estos les afecten. Además, su participación personal, su compromiso, constituyen una de las condiciones previas para comprender el problema que han de resolver como científicos. Pues, si bien para estudiar la estructura de una molécula no hace falta saber qué se sentiría si se fuese uno de sus átomos, para comprender

E, segundo, que embora ainda estivesse tratando da temática de violências perpassada pela questão de gênero, focalizando mulheres, a experiência de campo num presídio feminino poderia ser um local fértil para o ponto de partida de minha pesquisa de doutorado, principalmente porque se diferenciava do meu campo anterior (mestrado), primordialmente no aspecto das diferenças dos itinerários urbanos e trajetórias sociais cidadinas das mulheres em foco, que tivessem em comum uma trajetória perpassada por vivências de violências e fizessem parte de uma mesma camada da população brasileira cidadina marginalizada, lá (mestrado) essas mulheres advinham para mim em suas moradias, no interior de suas casas, aqui (doutorado) eu estava diante de mulheres que tinham cruzado a fronteira do privado/público, movimento que de alguma forma as tinha conduzido para o cárcere. O que faria toda a diferença acerca da realidade que agora iria investigar. Em relação a essa questão apresento mais um fragmento de meu diário de campo de doutorado:

Embora soubesse que muitas crianças acompanham suas mães no presídio no período de amamentação, aquela cena de ver um bebê no cárcere me chocou, mas eu não podia retroceder [...] tinha que ir adiante [...]. No momento em que não conseguia tirar os meus olhos daquela criança, Roberta arrancou-me de meu estado de estupefação dando início a minha apresentação para as mulheres [...]. Foi um pouco complicado, principalmente porque ela me apresentou num primeiro momento como sua professora. Imagino que na cabeça delas o que eu estava fazendo ali devia estar relacionado ao trabalho de Roberta, que estava atrelado ao desenvolvimento de um projeto de educação profissional no presídio [...]. Um trabalho que num curto espaço de tempo trouxe-lhes muitos benefícios [...]. O que falar naquele momento? Como me aproximar delas, nas poucas horas que tínhamos juntas para pedir-lhes que me falassem de suas experiências de violências? O que isso mudaria nas suas vidas? Me senti, mais uma vez, no fio da navalha [...], respirei fundo e comecei a falar o que eu estava fazendo ali [...]. Mesmo já tendo experiências anteriores em campo, de explicar o que faz um antropólogo [...]. Naquele momento, com aquele tema, naquele lugar, isso se tornou uma tarefa extremamente difícil, complicada e delicada [...]. (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

las funciones de grupos humanos es necesario conocer desde dentro como experimentan los seres humanos los grupos de los que forman parte y los que les son ajenos; y esto no puede conocerse sin participación activa y compromiso. Actualmente muchos representantes de las ciencias sociales parecen considerar irremediable que sus investigaciones estén determinadas por ideales sociales y políticos preconcebidos y fuertemente arraigados" (ELIAS, 2002, p. 42-46).

Esse extrato de meu diário permite produzir uma teorização sobre aquilo que denomino aqui de “fio da navalha”, já que naquele contexto o tempo da distância temporal mestrado/doutorado pesava sobre essa experiência descrita, isso porque o impacto de estar adentrando em um “novo campo” reverberava o que eu sabia sobre tal realidade e o que iria aprender, o que conhecia e o que desconhecia.

Ou seja, ali a decalagem do tempo no interior de minha própria prática etnográfica relacionada à minha experiência nos estudos de violências, perpassada por gênero, estava exposta e ratificava a máxima de que “só não o grau de familiaridade varia, não é igual a conhecimento, mas pode constituir-se em impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão sistemática” (VELHO, 1981, p. 128).

Esse exercício de “estranhamento” diante do novo campo permite a constatação que, para além de semelhanças iniciais (mulheres/classes populares/violências), existem as diferenças, como poderá ser possível observar na emblemática narrativa de Priscila, que virá a seguir, que pode ser considerada como representativa do fracasso do projeto de fuga do “destino de pobre a bandido” temido pelas mulheres investigadas em minha pesquisa na Favela Matadouro.

Lá (mestrado) a figura masculina atrelada ao casamento e à proteção²⁵ e suas trajetórias dentro do espaço doméstico apareciam em suas narrativas como elementos primordiais para a justificativa delas próprias e de sua prole até aquele momento em que foram entrevistadas não terem sucumbido ao trágico “destino de pobre a bandido”, e aqui a falta dessa figura masculina mantenedora de um lar e a saída para o espaço da rua despontam como sinônimo de condição de miserabilidade e da situação de estar no próprio cárcere. Vamos ao diário:

²⁵ As narrativas das mulheres focalizadas em meu campo de mestrado apresentavam o casamento como demarcador da trajetória da mulher, sendo que a fase anterior ao casamento apareceu, pelo menos num primeiro momento, como o símbolo de transformação. Nesse sentido, vale a pena dialogar com SALEM (1981, p. 73) que, a partir de uma etnografia com mulheres no Rio de Janeiro, diz que “as experiências dessas mulheres na fase inicial de sua existência ilumina as expectativas depositadas no casamento, no homem. Mais do que a mera realização de uma mística feminina, ele é pensado como uma alternativa para recuperar a infância e adolescência em todos os sentidos. Tenha ele um caráter legal ou consensual, o fato é que o casamento vem sempre associado à idéia de ‘melhorar de vida’”.

Após uma breve fala sobre o meu interesse de estar ali, cada uma das mulheres voltou ao que estava fazendo anteriormente, e eu continuei percorrendo o espaço do presídio [...] passados alguns instantes, percebi uma mulher sentada num banco na parte externa do local, que apresentava uma aparência sofrida, com mais ou menos quarenta anos, alta, morena, cabelos longos pintados de preto, pernas torneadas, velhos tamancos altos e velhos shorts jeans curtos, blusa apertada, com muitas bijuterias coloridas de plástico, lábios pintados com cor de carmim. Até que eu me aproximei, pedindo-lhe para que pudesse me sentar ao seu lado, prontamente ela me autorizou e, logo em seguida, disse-me que tinha a impressão que me conhecia de algum lugar. Essa era a deixa que eu esperava [...]. Logo perguntei qual era o seu nome e de onde ela vinha. Para minha surpresa, ela disse que morava em Itajaí, minha cidade natal. Mais instigada ainda pela revelação e por sua rápida aproximação, quando disse que era da mesma cidade, perguntei-lhe qual o seu nome e qual o bairro em que ela residia. Depois de titubear, ela respondeu-me: “Meu nome é Priscila e eu morava no MATADOURO”. Priscila contou-me que está no presídio há quase um ano por tráfico de drogas [...] disse-me que foi presa na BR-470 próximo a Rio do Sul quando transportava cocaína em sua bagagem num ônibus vindo de Cascavel, no Paraná [...] falou-me que se arrepende por ter se envolvido com o tráfico, mas depois que o marido morreu achou nessa alternativa a melhor maneira para sair do estado de quase miserabilidade que ela e sua família se encontravam... Emocionada, com os sapatinhos de sua neta na mão, disse-me ter a esperança de logo deixar o presídio e de estar confiante de conseguir um emprego que a afaste do mundo do crime [...]. Falou-me da grande preocupação que tem com seus filhos, do filho adolescente, que “revoltado” depois de sua prisão deixara a escola, de sua filha também adolescente, mãe solteira e, segundo ela, despreparada para a maternidade e do orgulho do filho mais velho que tem emprego com carteira assinada [...]. Com muito pesar, narra-me a tristeza de ter perdido o sobrinho, que foi assassinado há alguns meses por estar envolvido no mundo do tráfico [...]. Ainda sobre sua família fala-me quase chorando e com uma voz raivosa da dor que sente por sua irmã tê-la denunciado para a polícia, dizendo que se não fosse por isso talvez não estivesse ali [...]. Por outro lado, diz ter esperança que sua outra irmã que é faxineira de uma grande empresa arrume um emprego para ela assim que retornar para casa [...]. (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Diante daquela revelação “bombástica” (*Meu nome é Priscila e eu morava no MATADOURO*) não pude conter minha inquietude e emoção ao encontrar depois de quatro anos, logo no “primeiro” dia de meu campo do doutorado, alguém que compunha o cenário de minhas investigações do mestrado. Esse encontro com Priscila, alguém que se situava geograficamente próxima ao meu universo de pesquisa anterior (Favela Matadouro) foi importante por abrir a possibilidade, já no início de meu campo de doutorado, do exercício de uma “relação dialógica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998) com minhas interlocutoras e por informar que a dialogicidade entre mim e minhas

interlocutoras no presídio é de ordem diferente do meu campo de mestrado, porque, como já mencionado, embora lá eu também estivesse investigando mulheres e violências, aqui estas mulheres cruzaram o espaço doméstico na direção da ocupação de um lugar no espaço público, do mundo da rua, fora do papel de mães de família, de donas de casa, condição de minhas informantes do campo anterior.

Levando em conta “que todo saber científico deve ser reconstruído a cada momento” (BACHELARD, 1996, p. 7) mais uma vez, essa nova realidade proporcionada por esse encontro etnográfico inusitado veio a ratificar a importância do deslocamento necessário para essa nova etapa de minha práxis investigativa.

Em relação ao tema da interioridade da experiência etnográfica esse encontro possibilitou-me experienciar a *distância que separa a modéstia da manutenção do si do antropólogo diante do outro*, e, concomitantemente, o *orgulho estóico da inflexível constância a si face a esta alteridade*, o que levou-me a refletir sobre o obstáculo epistemológico incrustado “na avareza do homem erudito que vive ruminando o mesmo conhecimento adquirido, a mesma cultura, e que se torna, como todo avarento, vítima do ouro acariciado” (*idem*, p. 6).

E, por fim, desse encontro pude ouvir as primeiras palavras de Priscila sobre seu itinerário urbano na cidade contemporânea. Assim, estava inaugurada ali a atribuição ao lugar central da narrativa em meu campo de pesquisa, por conta da função do ato de narrar o “conhecimento de si a partir do testemunho legado pelo Outro” (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 55). Depois de Priscila, outras mulheres se propuseram a falar. Voltemos ao diário:

Fiquei muito comovida com a história de Melissa [...] uma jovem muito bonita de 23 anos, mãe de uma filha de quatro que exhibe com muito orgulho nas fotografias coladas na parede de seu quarto. Presa há dois anos por cúmplice de roubo a uma agência bancária [...]. Chorando muito, e fitando-me profundamente, Melissa diz sentir-se injustiçada por estar presa e que só está ali por conta de um telefonema de seu namorado contando-lhe o que tinha feito logo após roubar um banco [...]. Melissa disse que embora não tenha concordado com os atos do companheiro jamais o denunciaria, primeiro por ele ser o pai de sua filha e, segundo, por, na época, estar completamente apaixonada por ele. Diz sentir-se injustiçada, pois desde “que se conhece por gente”, trabalha

“honestamente” e com a carteira assinada, disse nunca ter roubado um alfinete de alguém e por ter sido presa segundo ela “por amor”. Melissa pediu-me um abraço e com soluços disse-me que a única coisa que a faz viver é lembrar que tem uma filha para criar [...]. Logo depois que deixei Melissa me deparei com Ana, e logo tive a sensação de estar diante de uma pessoa muito sofrida... Ana tem mais ou menos sessenta anos, apresenta olheiras profundas e bem demarcadas segundo suas colegas da prisão vive chorando pelos cantos [...]. Quando me aproximo ela logo me diz que não vê a hora de rever seus quatro filhos, que sente muita saudade e que não queria estar ali [...]. Ana gaguejando e chorando fale-me baixinho que está ali porque foi acusada de ajudar seu marido a cometer violência sexual, que por medo de apanhar ajudou o esposo a segurar outra mulher para que ele pudesse cometer o estupro [...]. De cabeça baixa, Ana diz que a única coisa que quer é rever seus filhos”. (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Essa experiência de campo deixou claro, para mim, que uma coisa era estar na favela, fazendo campo nas casas de minhas interlocutoras, mulheres que desempenhavam o papel de “mães de famílias”, casadas, vivendo no interior de suas casas e se submetendo a deslocamentos no interior da própria favela em busca de uma *vizinhança* que pusesse menos em risco sua prole.²⁶ Outra, é ver mulheres, como Priscila, que viviam na mesma condição que elas, cruzarem as fronteiras de seus próprios códigos morais e irem em direção ao crime, ao tráfico, à prostituição, tudo aquilo que minhas interlocutoras de mestrado temiam para si e para seus filhos.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que as narrativas de Priscila, Melissa e Ana, mencionadas no meu diário, trazem toda uma riqueza narrativa que pode contribuir com os estudos de pobreza e violências na cidade contemporânea (WACQUANT, 2001; RIFIOTIS, 1999; ZALUAR, 1990, 1994, 1999; SOARES, 1996; CALDEIRA, 2000), seus relatos emocionados colocam-me numa situação de pesar, já que o relativismo, principalmente num contexto como esse “não pode significar abstenção de julgamento e [...] não pode

²⁶ Conforme minhas palavras em minha dissertação de mestrado: “Os dramas sociais no Matadouro gravitavam em torno do fenômeno social do tráfico de drogas e, conseqüentemente, das clivagens e adesões divergentes que os moradores assumiam em relação àquela prática no bairro e de suas ligações com a ruptura, ou não, de seus valores éticos, morais, religiosos. Era fundamentalmente nos discursos das mães moradoras do bairro que o fenômeno social do tráfico de drogas despontava como elemento desencadeador de sentimentos de insegurança e de medo, de que sua prole, ou elas mesmas, pudessem vir a se envolver com as “drogas”. Ficava expresso que morar em determinadas áreas do bairro nas quais se acreditava que o fenômeno do tráfico de drogas estava mais presente poderia ser arriscado, já que, para aquelas pessoas, poderia haver maior probabilidade de incorporar uma conduta do tráfico nesses contextos. Nesse sentido, as migrações internas ou externas ao bairro apareciam como uma das estratégias utilizadas pelas famílias moradoras do Matadouro, na tentativa de se afastarem dos “espaços sociais” que a princípio poderiam limitar suas escolhas e seus projetos de vida” (RAMOS DE OLIVEIRA, 2002, p. 222-223).

implicar uma suposta identidade de todos os valores, em niilismo portanto” (OVERING, 1985, p. 23-24).

Ainda, devo dizer que minha primeira experiência de campo no presídio feminino foi crucial por desencadear em minha pesquisa de doutoramento reflexões acerca de dilemas caros a uma antropologia urbana na contemporaneidade, tais como: o tema da reflexividade crítica; o tema da etnografia e da experiência compartilhada com o outro; o tema do estranhamento e da relativização; o tema do trabalho de campo e da escrita (DA MATTA, 1987; VELHO, 1981; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998; ZALUAR, 1985; GEERTZ, 1989). Dilemas esses relacionados, primeiro à escuta daquilo que minhas interlocutoras me narraram (“o ouvir”), e, segundo, à escrita (“o escrever”) do que me foi narrado (CARDOSO DE OLIVEIRA, *idem*). Essa última, reveladora da problemática da moral e da ética (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996), relacionada, ao ato da escrita antropológica (DE CERTEAU, 2002).

Finalmente, como ao longo de todo o artigo, pautada por um estudo antropológico de acordo com preceitos bachelardianos da dialética da duração (BACHELARD, 1994) que leva em consideração o *tempo do mundo* e o *tempo subjetivo* da própria etnógrafa, articulados para pensar as dimensões da temporalidade que funda a interioridade da experiência do antropólogo em campo (ECKERT; ROCHA, 2005), elejo um último extrato de meu diário de campo sobre a volta para casa no meu primeiro dia no presídio:

Foi com um grande mal-estar que retornei para casa hoje, quase não consegui chegar até a privada para um súbito vômito, creio eu, resultado orgânico e emocional dessa experiência vivida. Se até então, depois de acabado o meu mestrado, estava confortavelmente problematizando os eventos violentos de cima de minha “torre de marfim”, a estrutura começava a se abalar, com isso abrindo fissuras que, de certa forma, contribuíram para a elaboração de questionamentos de cunho metodológicos, como: qual o limite do antropólogo em etnografar a dor do outro [...]. Esse compartilhamento é possível, existe essa possibilidade? (Rio do Sul, 6 de setembro de 2006).

Referências Bibliográficas

- ABELES, Marc. La mise en representation du politique, In **Anthropologie du politique**, Marc Abéles e Henri-Pierre Jeudy (orgs). Paris: Armand Colin, 1997.
- ABELES, Marc e Henri-Pierre Jeudy. Introduction, In **Anthropologie du politique**, Marc Abélès e Henri-Pierre Jeudy (orgs). Paris: Armand Colin, 1997.
- BACHELARD, G. **A dialética da duração**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- _____. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOAVENTURA LEITE, Ilka (org.). **Ética e estética na antropologia. Florianópolis**: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, CNPq, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org). **Bourdieu**. São Paulo: Ática, Coleção grandes cientistas sociais, 1983, p. 122-155.
- BROWN, Michael. 1996. Fórum: on resisting resistance, In: **American Anthropologist**. Vol. 98, No. 4. Dec., 1996 ,p 729-735.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Ensaios antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.
- CLIFFORD, James; MARCUS, G.. (orgs). **Writing culture: The poetics and politics of ethnography**. Berkeley, CA: University of California Press, 1986.
- DAMATTA, Roberto. In: ALMEIDA, A. M. *et al* (orgs.). **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p. 115-136.
- DE CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas, São Paulo: Papius, 1995.
- _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DEMO, P. **Pesquisa - Princípio científico e educativo**. 13a. ed. São Paulo:
-

Cortez, 1990.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip-Hop**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luíza Carvalho da. A memória como espaço fantástico. **Revista eletrônica Diverso**, revista de antropologia social y cultural del Uruguay, Montevideo, v. 2, 2000. Disponível em: <www.educar.org/revistas/diverso>. Acesso: 25 nov. 2006.

_____. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ELIAS, Norbert. **Compromiso y distanciamiento**. Ensayos de sociologia del conocimiento. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

FONSECA, C. **Família, honra e fofoca – Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda, 1991.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

_____. **El antropólogo como autor**. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 1989.

_____. An inconstant profession: The anthropological life in interesting times, In **Annual Review of Anthropology** Vol. 31, 2002, p. 1-19.

GOLDMAN, M. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James (org.). Culture, Power, Place: Ethnography at the end of an era. In **Culture, power, place: Explorations in critical anthropology**. Durham: Duke University Press, 1997, p. 1-29.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

LANE, S. **Psicologia Social – O homem em movimento**. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A, 1984.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 7-52.

MALDONADO, Simone C. Georg Simmel: Uma Apresentação. **Política & Trabalho** Vol. 12, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo:

- Abril Cultural. V. XLII, Coleção Os Pensadores, jun., 1986.
- MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. Anthropology as cultural critique: an experimental moment. **The Human Sciences**. Chicago, The University of Chicago Press, 1986, p. 17-44.
- NEDELMANN, Birgitta. **Georg Simmel e la sua Analisi dei Processi Autonomi**. In **Rassegna Italiana di Sociologia** (XXX.4), 1989.
- NOVAES, R; KANT DE LIMA, R. **Antropologia e direitos humanos**. Niterói/RJ: EdUFF, 2001.
- OVERING, J. **Reason and morality**. London: Tavistock, 1985.
- PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia no plural: Três Experiências Contemporâneas*. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios da antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- RABINOW, Paul. **Un ethnologue au Maroc: réflexions su rune enquête de terrain**. Paris: Hachette, 1985.
- _____. **Antropologia da razão – Ensaios de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- RAMOS DE OLIVEIRA, M. **Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come – Estudo antropológico de trajetórias sociais e itinerários urbanos sob o prisma da cultura do medo entre mulheres/mães moradoras do Bairro “Matadouro”, Itajaí/SC**. Dissertação de mestrado, defendida pelo PPGAS/UFSC, 2002.
- RIFIOTIS, Teophilos. Violência en plural y language de las diferencias. In: **Revista Mosaico**. Buenos Aires, 1999.
- ROSALDO. Desde la puerta de la tienda de campana: El investigador de campo y el inquisidor. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. E. (ed.). **Retóricas de La Antropologia**. Madrid: Jucar Universidad, 1991.
- SALEM, Tania. Mulheres faveladas: ‘com a venda nos olhos’, In FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. e HEILBORN, M. L. (orgs.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49-99.
- SIMMEL, G. **Sociologia**. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- SOARES. L. E. **Os dois corpos do presidente**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

- _____ e cols. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1996.
- _____. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, A.; RONDELLI, E.; SCHOLLHAMMER, K; HERSCHMANN, M. (orgs). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- TITTONI, J.; JACQUES, M. G. Pesquisa. In: Jacques, M.; Strey, M; Bernardes, M.; Guareschi, P.; Carlos, S.; Fonseca, T. (Orgs.). **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1998.
- VELHO, V. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **Mudança, crise e violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **A propriedade do conceito. Trabalho apresentado na ANPOCS 2001/ST 23: Uma notável reviravolta: antropologia (brasileira) e filosofia (indígena)**, 2001.
- WACQUANT, Loic, Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, **Coleção Pensamento Criminológico**, 2001a.
- _____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001b.
- _____. **Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, Observatório IPPUR/FASE, 2001c.
- WOLF, Eric R. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf**. FELDMAN-BIANCO, Bela & LINS RIBEIRO, Gustavo (orgs.). Brasília: Editora da UnB, 2003, p. 325-343.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Gênero, cidadania e violência**. Primeira Versão n. 18, IFCH/UNICAMP, Rio de Janeiro, 1990.
- _____. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994a.
- _____. (Org.). **Drogas e cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1994b.
- _____. Violência e Crime. O que ler na Ciência Social brasileira. **Antropologia (1970-1995)**. São Paulo, Brasília, Editora Sumaré, CAPES, 1999.

_____; Alvito, Marcos. **Um século de favela.** 3a. ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.